

(RE)PENSAR O ENSINO E PROPOR AÇÕES LITERÁRIAS E LINGUÍSTICAS ANTIRRACISTAS: EIS O DESAFIO

Helenice Joviano Roque-Faria¹

RESUMO

A Pandemia Covid 19 reprisou o fenômeno sempre evidente, mas abafado, há séculos. A “explosão” do racismo e do preconceito no mundo estampou nos noticiários e “escancarou”, sem cerimônia ou aviso prévio, que há vidas que carecem respirar. Pesquisas em diversas direções teórico-metodológicas apontam as condições dos corpos pretos no Brasil. E frente ao acontecimento, dos gritos ecoados em diversos artigos fomentando reflexões sobre a urgência de uma educação e de um ensino de língua(gem) antirracista, consideramos ser este o fato movente e que nos faz colaborar com os debates. No sentido de despertar profissionais que possam atuar de maneira crítica e na valorização étnico-racial, partimos dos estudos críticos da linguagem e reconhecemos que, embora forçados, há séculos, à compreensão de que os corpos pretos foram reduzidos às condições subalternas e ao silenciamento, desconstruir e resgatar a importância dos pretos na construção e na consolidação do Brasil requer ouvir, repensar e reescrever caminhos e prover instrumentos que possam colaborar para novas narrativas de vida.

Palavras-chave: Ensino. Educação linguística/literária antirracista.

Sabem o que é sentirem-se apagados, escoraçados da história(...) que significa exatamente a não existência, o terem sido de repente apagados do mundo, da vida, da memória, transmutados em não seres humanos”. (Pepetela, 2009, p.100)

Introdução

Lélia Gonzales em um artigo publicado na Revista Ciências Sociais Hoje (1984) - Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira - afirma que “ O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação(...)”. Neusa Santos Sousa em sua obra - Tornar-se Negro (1983) - enfatizou que, no Brasil, ser negro com autonomia é “possuir um discurso sobre si mesmo.”

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília(UnB). Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat/Cáceres). Graduada em Letras(Port/Inglês) pela Universidade do Vale do Rio Doce(UNIVALE) e Graduada em Espanhol pela Univerisdade Federal de Mato Grosso. Atualmente tem como foco de Pesquisa as Políticas Formativas para Professores de Língua Portuguesa. Também desenvolve Projetos que abarcam as relações étnico-raciais.

Partimos das assertivas, tendo em vista que situar o lugar de fala, indica, nestes tempos confusos, o anseio de pesquisadoras/es negras(es), pois carecemos narrar, de outros prismas, as histórias que contaram sobre nós e determinar quem somos.

Neste sentido, marcados pelos acontecimentos de muitos anos de docência e assistindo às diversas transformações sociais e culturais que nos atravessam, dois eixos fundamentais cercam nosso percurso de vida: 1) Somos docentes pretos comprometidos com a formação de professores pelo Brasil, seja de maneira inicial e/ou contínua. 2) No exercício da função - docentes-formadores - problematizar o ensino de língua(gem) e disseminá-lo enquanto pluriétnico é nossa forma de lutar para alterar a norma social estabelecida.

Nossas pesquisas coadunam com caminhos teórico-metodológicos da linguística Aplicada Crítica e, ultimamente, em consonância com a Teoria Racial Crítica, pois empreendemos desestabilizar a ordem social escravocrata, lutar no sentido de preparar professoras/es para o espaço sala de aula e implantar epistemologias afrocentradas que dêem conta de fortalecer a educação antirracista.

Pela/na língua(gem) interrogamos o direito à formação, bem como a permanência dos sujeitos nos espaços sociais. Também questionamos de que forma a educação pode promover ações que minimizem as desigualdades sociais (ROQUE-FARIA e PRECIOSO, 2019, 2020).

Pela Teoria Racial Crítica (MILNER e HOWARD, 2013; FERREIRA, 2014) em sua proposta interdisciplinar tensionamos as narrativas e a ideologia dominante para apresentar a urgência de contribuições teóricas que valorizem os saberes, a história e a representação do povo preto, que historicamente escravizados e dominados são mantidos na linha inferiorizada e segregada no Brasil.

Um pouco de nossas Realidades Docentes

No de 2020, a convocação global da Covid 19 nos impôs a ordem de permanecer em nossas casas. Fomos tomados pelo medo e cercados de cuidados com nossas vidas e a vida do outro, tivemos que nos reinventar e adaptar aos novos hábitos de ensinar. E, claro, vimos nossas atividades docentes obrigadas ao mundo virtual.

As tecnologias (des)construíram os “muros” que cercavam as casas, as famílias, as particularidades e o novo *modus operandi* de vida promoveu outras configurações de linguagem. Inclusive, o que se deixava para o dia seguinte em nossos escritórios, gabinetes, atravessou nossas portas e atingiu-nos em cheio.

Tornamo-nos mais atentos aos novos modos de construir e produzir linguagens, inclusive a intensidade do uso das tecnologias digitais permitiu assistir a “neurose cultural”(Gonzales, 1984,p.224) assolar a humanidade de maneira cruel.

Somamos nossas vozes com diversos teóricos, dentre eles, Nascimento (2019) e de igual modo problematizar o papel da linguagem na instituição do racismo.

E embora cientes de que no atual contexto brasileiro, questionar/refletir/produzir sempre foi o exercício político, pois exige ar para os pulmões cansados e comprometidos pelas questões sociais, nossas reflexões intensificaram, principalmente no sentido de criar redes, potencializar os estudos e pesquisas de negros da diáspora, e mobilizar estratégias que possam (des)construir estereótipos.

Denunciar os negacionismos produzidos pelo racismo e pelo capitalismo, acreditamos, fomenta caminhos orientadores e afrocentrados para a educação.

Nossa garganta seca frente aos gritos de que “não conseguimos respirar”, e a sensação de asfixiação contínua dos diversos suportes midiáticos, a anunciar a lógica mortífera do capital e sua real consequência na produção das diversas violências destinadas aos corpos pretos tombados, todos os dias, fez-nos fixar nossos olhares para os acontecimentos e desenvolver um espaço de escuta com pesquisadoras/es pretas e ouvir suas narrativas e inquietações docentes.²

As interlocuções estabelecidas giraram em torno de diversos gritos, dentre eles, o de George Floyd, morto brutalmente em 25 de Maio de 2020 - Minneapolis³ causando comoção mundial e João Pedro, garoto que fora baleado pela polícia do Rio de Janeiro dentro de sua casa. Para além, a observação das vítimas do processo e funcionamento da “Casa Grande e senzala” onde seus patrões diagnosticados com covid

² Referimo-nos à criação do canal no you tube palavrasEMmovimento em que pesquisadores negres de diversos espaços brasileiros contam de suas vivências, suas pesquisas e motivações docentes: <https://www.youtube.com/channel/UC2D8KR1V97sOAg9zbCRjBpA>

³ Confira a notícia <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27>

19 não dispensaram seus empregados, mas continuaram algozes da contínua asfixiação social brasileira.

Observamos como as questões étnico-raciais sempre nos tocaram, fortemente. Orientamos e participamos de diversos trabalhos acadêmicos nesta temática, entretanto, não havíamos debruçado de maneira cuidadosa e particular sobre o assunto.

E, muitas vezes, afetados pela Academia, silenciados, aceitávamos as ementas e bibliografias eurocentradas. Hoje, com maior fôlego repensamos que as questões históricas da língua, sua constituição e a construção linguística da nação, exige, para além da repetição de regras convencionadas atravessar o “já estabelecido” e ampliar o debate emergente: a construção e a formação de sujeitos antirracistas e a preparação destes para atuar nos diversos espaços sociais da linguagem.

Da discursividade para o comprometimento social afrocentrado

Já afirmamos que em nossa trajetória intelectual, ouvimos, vemos e acompanhamos muitos gestos invisibilizadores e bloqueadores na passagem ou na chegada de pessoas negras nos diversos espaços sociais de linguagem. Este fato nos incomoda e por que não dizer, indigna-nos, tendo em vista que o racismo e o preconceito, sendo uma questão estrutural, passa pela língua(gem).

Sendo assim, em nosso interesse de pesquisa sempre pautamos pela colaboratividade, a escuta, a promoção e a valorização de políticas formativas voltadas aos professores de Língua Portuguesa, bem como o reconhecimento de que pela língua movemos mundos.

Também reconhecemos a escola como espaço de lugar de (des) aprendizagem (SILVA e ROQUE-FARIA, 2019) e lugar de interação. Mas, também lugar de reexistência (Souza, 2011); de letramento racial crítico (Ferreira, 2014), sobretudo ponte para que as questões de raça, racismo e relações raciais sejam condições fundamentais para o debate sobre a emancipação e valorização da história dos corpos negros e promover educação linguística pluriétnica.

E como “tudo que fazemos na vida está fundamentado em teoria” conforme a feminista bell hooks(2019,p.41) observamos pelos desvãos da linguagem as possibilidades existentes para a valorização do humano e, através do processo

formativo, (des)construir as práticas racistas através da conscientização, da construção e da aplicação de metodologias antirracistas. Noutros termos, acreditamos nos projetos democráticos que despertam a consciência crítica.

Concordamos com Rajagopalan

[...] nunca é tarde demais para começar a fazer um exame de consciência e perguntar a nós mesmos se, por atos ou omissão, não nos desviamos da responsabilidade de **ver a linguagem como um fenômeno social, com todas as implicações políticas e ideológicas que daí decorrem.** (RAJAGOPALAN, 2004, p.35 grifos nossos)

Em nosso exame de consciência a linguagem é um ato político. Desta forma, falar de formação e da construção da identidade docente também o é. Mendes (2015) ao discutir a identidade docente afirma que

A **teoria e a prática** são inerentes à atuação do professor que **deseja transformar** a sua aula, o espaço da sala de aula, em um momento de **aprendizagem significativa**, que o ato de ensinar, quando respaldado por uma formação teórica alinha-se a uma concepção de prática efetiva, deve ser sempre pensado, estruturado com base em teorias que darão suporte para que a prática docente seja eficiente. Partindo deste pressuposto, a aula não será uma atividade mecânica, que o professor, apenas por dominar o conteúdo, esteja habilitado para ensinar, pois o momento da aula, ou melhor do ensino, obrigatoriamente tem que ser significativo tanto para o aluno como para o professor. (MENDES, 2015, p. 51).

Portanto, cabe a nós reconhecermos a língua como instrumento de interação sociocultural. E enquanto pluralidade, essência que constrói a identidade do povo, no caso brasileiro, construída e forjada ao som de tambores, suor, sangue e lágrimas.

E tomados por este fato, em especial, repensamos as epistemologias e os modelos linguísticos apresentados ao longo de nossa formação e a maneira colonizadora que cala e emudece, e impõe uma língua única, aquela que os compêndios designam como padrão.

Na realidade, defendemos a ideia de que somos sujeitos constituídos e construídos, diariamente pela linguagem. Neste sentido, amamos e odiamos, incluímos e excluimos, cancelamos e descancelamos, ou seja, vivemos e morremos pela/na linguagem.

Para além, não apenas representamos o mundo, mas significamos o mundo. Pela língua agimos, interagimos, expomos, impomos e por que não afirmar a exigência dos espaços de nossa pertença.

Mas, cabe o alerta: os questionamentos levantados são ecos de muitos pesquisadoras/es que mostram que nossas atitudes, nossas práticas é apenas a ponta do *iceberg* da avalanche racista em que somos atravessados.

Portanto, pela/na língua(gem) é possível compreender os sentidos dados à cor predominante dos mais de 169.000 brasileiros mortos pela covid 19. Pela linguagem, compadecemos-nos das vozes asfixiadas desde a colonização e que hoje, se repete pelo processo da escravidão moderna.

Por isso, questionar as estruturas sociais e lutar pela transformação social é papel dos estudos da linguagem e como pesquisadoras/es pensamos nas relações étnico-raciais, conseqüentemente suas interseccionalidades como identidade, gênero, feminismo, machismo, patriarcado, e, sem dúvida, o tratamento dado às diversidades e/ou minorias, as quais deveriam ser motivo de atenção, mas que, infelizmente, o cenário político/social em tela torna-se motivo de descaso. Este acontecimento é preocupante, para além nos coloca reféns e sobreviventes deste espaço sombrio.

E assim, pela história, reconhecemos que os esforços dos movimentos sociais negros, das universidades e tantos outros segmentos da sociedade que se organizam e, em coro uníssono, exigem políticas públicas que dêem acesso e visibilizem as/os negras/os também é nosso.

Formação e educação antirracista: possível?

Todos sabemos sobre a lei 10.639 sancionada em 09 de janeiro de 2003 que obriga o ensino da história e da cultura afro-brasileira como política de valorização e o reconhecimento da importância dos negros na formação da sociedade brasileira.

Mas, no Estado racista em que os corpos negros solicitam todos os dias seus direitos de exercerem sua cidadania dignamente, lugar onde a cor determina quem vive e quem morre, continuamos a lutar para que o ensino seja implementado.

Como “sujeitos da Academia” somos impulsionados a questionar e a tensionar os mecanismos discursivos estabelecidos, embora atentos de que, a não observância da

lei 10.639 é reflexo do racismo socialmente e culturalmente entranhado nas estruturas sociais.

Observamos com Muller (2006, p.71) que a educação é “um dos espaços sociais mais permeáveis à existência da discriminação racial indireta ou do “racismo institucional”.” Entretanto, este espaço social deve ser repensado, pois produz desigualdades profundas na sociedade brasileira.

Lélia Gonzales, intelectual brasileira que revolucionou o Movimento Negro Brasileiro em sua militância como feminista, ao observar o descaso e o não reconhecimento da influência da língua africana no português brasileiro, problematizou e mostrou qual a identidade e a complexidade do português afro-brasileiro, definiu o pretuguês. Em sua trajetória lembrou-nos que “a marca de africanização do português falado no Brasil.(...) aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico cultural do continente como um todo (...)” (Gonzales, 1988,p.70)

Sua indignação pela forma e referência aos pretos e, principalmente a naturalização do racismo a levou, pelos meandros da psicanálise, discutir as noções da consciência e da memória e no jogo discursivo dialético apontar que a consciência brasileira faz tudo para que a história seja esquecida e o deslocar os sentidos naturalizados no país.

Em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” analisa os vocábulos negra, mulata, mucama, doméstica, mãe preta.

Sem nos deter profundamente no assunto, recorremos à Chimamanda Adichie (2017,p.35) para reafirmar o papel da linguagem enquanto “repositório de nossos preconceitos, de nossas crenças, de nossos pressupostos. Tal fato nos encaminha ao entendimento de que pela língua(gem) também podemos erigir pontes para desconstruir o mundo linguístico-racista a que estamos submetidos.

Alertados pelo linguista Nascimento (2019, p.55) ao apontar que “os preconceitos que o português brasileiro sofre das elites brancas, dos programas de ensinar português na tv, do assessoramento dos jornais impressos é de fato uma via de preconceito racial no país, em seu caráter linguístico.” Reafirmamos a necessidade de debater o ensino da língua(gem) como política e resistência, pois, não é novidade que:

(...) a educação é um dos espaços sociais mais permeáveis à existência da discriminação racial indireta ou do “racismo institucional”. (...) racismo e preconceito racial são modos negativos de perceber pessoas ou grupos raciais(...) a discriminação racial é uma ação, uma atitude ou uma manifestação contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua raça ou “cor”. (TEIXEIRA, 2006,p.71)

Neste caminho, é imperativo o trabalho das/dos formadoras/es e o compromisso de debater, (re) estabelecer diálogos para minimizar as opressões sociais e linguísticas produzidas na educação. Exigir que a lei 10.639 seja efetivada nas escolas e preparar professores para desenvolver ações em sala de aula, seja pelos caminhos literários e/ou linguísticos constitui uma pequena, mas grande ação no combate às desigualdades.

Historicamente, assistimos vozes literárias potentes lutando para atuar nos diversos espaços sociais. Ao questionar o etnocentrismo e as diversas opressões e violências que atingem a população constituída por mais de 50 por cento no Brasil, observamos a luta pelas condições das/os negras/os em suas diversas expressões de linguagens, quais sejam, musicais, artísticas, literárias, científicas etc

Neste sentido, muitas perguntas se fazem, dentre elas: Qual(s) autoras/es/negras/es pertencem ao cânone brasileiro? Qual(s) epistemologia(s) presentifica(m) o ensino brasileiro? Como as/os professoras/es de Educação Básica brasileira acessa autoras/es negras/es?

Infelizmente, a história da escravidão brasileira comprova que os corpos negros sempre estiveram à sobra. Ora embranquecidos, ora silenciados, suas histórias são relegados aos espaços sociais desprestigiados, instaurando assim, um novo período da escravidão. A escravidão que apaga as vozes negras e reduz sua história ao lugar da subalternidade.

Se a voz da intelectualidade negra não chega às Academias e /ou circula de maneira tímida nos meios literários vê-se o descaso pelos corpos que produz no país, mas que não tem o direito de concorrer de maneira digna e aceitável. Os Projetos inscritos pelas diversas instancias governamentais, atualmente, reforça o bloqueio e o esforço pela invisibilidade: Cotas para quê? Concomitantemente a falta de incentivo cultural para publicação e visualização das artes produzidas pelos negros estão/são negadas à luz do dia. Mas, a resistência e a persistência, e , sobretudo o esforço cotidiano dos corpos pretos pelo respeito e a luta de que não se ocupa as instancias

sociais pelo favorecimento, mas como pertença e direito, sem dúvida prova que é preciso reconstruir a história e ouvir os passos vindos de longe.

É a literatura que traz os gritos dos guetos, dos morros, das vielas e que podem ecoar fortemente nos espaços acadêmicos.

Convocar a sociedade a questionar, pelos diversos campos do saber o mundo a nós imposto e a anunciar a premente necessidade da construção de ferramentas literárias/linguísticas pode suavizar o lugar marginal destinado aos pretos.

Enquanto professores, formadores, estudantes e amantes da linguagem não ignorar o contingente populacional brasileiro nos ajudará a desconstruir os estereótipos de que o negro não é capaz, de que ele até pode produzir, mas não produz suficiente para os moldes e padrões da sociedade brancocêntrica

Pensar em uma educação antirracista é esforçar-se pela construção das pontes humanas para que os corpos negros não sejam estereotipados em nossas aulas de Língua Portuguesa. É pela língua(gem) que podemos banir signos pejorativos e evocar o respeito à alteridade e diversidade, observando onde se caminha e com quem se caminha.

Para Ribeiro(2018,p.27) uma das formas de romper a máscara do silêncio e a negação da violência é adotar a leitura de autoras negras e “respeitar suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão”.

A valorização da literatura preta reconhece as lutas de nossos ancestrais e o esforço de mulheres como Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Lélia Gonzales e tantas outras que se ergueram/erguem como potências e anunciaram/anunciam suas reflexões sobre o papel da linguagem na instituição do racismo.

Trabalhar com Projetos educacionais plural, dinâmico em que a história dos povos negros, indígenas, quilombolas e observar suas contribuições para a construção da identidade linguística brasileira são caminhos que consideramos interessantes para a construção de uma educação antirracista.

Finalmente, pelos caminhos da literatura- expressão cultural e de resistência da diáspora - ou da cientificidade - a luta pela construção de uma formação antirracista –

fornece outras possibilidades para que não neguemos a história brasileira e nos fará responder alguns questionamentos:

De que forma o negro é apresentado nos livros didáticos, na literatura brasileira, nas artes de uma forma geral?

Qual(s) fomento(s) o Brasil dispõe aos autor(es/as) negres para apresentar suas ideias/subjetividades/projetos científicos?

Continuaremos assistindo ao bloqueio social e o silêncio ensurdecedor sobre a produção negra, sobre os saberes dos **pretos**/das pretas?

Os corpos negros continuarão sendo representados em condições subalternas, estereotipadas como animal de estimação, objetificados?

De que forma contribuiremos para a inserção da literatura feminista que verse meninas e mulheres negras protagonistas nos livros infanto-juvenis?

Como podemos debater os conflitos na escola e tratarmos da visão distorcida sobre a abolição da escravatura?

Como sujeitos formadores, continuaremos a veicular os signos que produz usos semânticos negativos em torno dos corpos negros?

Nossa tentativa inicial é lembrar que ao contrário das ações sígnicas negativas, cabe ao profissional da educação lutar e empreender estratégias para garantir histórias múltiplas consoante Chimamanda Adiche(2017).

Se as Histórias evocam poder, elas não podem ser contadas por uma única voz. Pela língua(gem) podemos questionar o patriarcado racista, lutarmos contra o sexismo no sentido de devolver as humanidades negadas conforme a teórica estadunidense bell hooks.

Pela formação literária e a educação linguística antirracista entendemos que há possibilidade de conscientizar as leitoras/os leitores a banir os signos pejorativos de cunho racistas e machistas e desenvolver A identidade não vitimizada, mas resistente.

Estilhaçar a máscara do silêncio consoante à poeta brasileira Conceição Evaristo (2017) e romper com os silenciamentos impostos pode levar-nos ao reconhecimento de que os diferentes saberes ancestrais, fortalece-nos para produzir e refutar a epistemologia mestre(eurocêntrica), a qual tenta dar conta de tantas outras.

Sonhamos com Martin Luther King e gritamos com Maia Angelow em seu poema *I Still Rise* para observar “a dor de um oceano vasto e irrequieto/ indo e vindo contra as marés/ sendo sonho e esperanças.”

Parece utópico, mas insistimos:

[...] promover um espaço para a constituição de profissionais críticos, em Educação, implica que os formadores repensem a organização de ações de linguagem nos discursos de contextos de formação, para que uma complexa e multifacetada relação entre teoria e prática tenham lugar. (MAGALHÃES, 2004, p. 52).

Somos nós, professoras/es que trazemos os acontecimentos literários/linguísticos em suas diversas dimensões histórico-social e temos a oportunidade de erguer projetos democráticos de ensino/aprendizagem da linguagem e que possam colaborar e divulgar a produção intelectual negra em suas subjetividades e percepções, mesmo considerando com Zélia Amador de Deus(2020, p.42) ser um processo sofrido, e trata-lo é colocar em cena “a dor da cor” ou a “dor da raça”.

Referências

- ADICHIE. CHIMAMANDA Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- DEUS, Zélia Amador de. *Caminhos trilhados na luta antirracista*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- FERREIRA, A.J.(Org) *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas*. Ponta Grossa, PR:EdUPEPG,2014.
- GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, 1984,p.223-244.
- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo:políticas arrebatadoras*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. A linguagem na formação de professores como profissionais reflexivos e críticos. In: MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo (Org.). *A formação do professor como um profissional crítico: linguagem e reflexão*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 45-62.
- MILNER, H.R;HOWARD,T.C. *Counter-narrative as methhod: race, policy and research for teacher education*. In: *Race, Ethnicity and Education*, p.536-556, 2013.

MULLER, Maria Lucia Rodrigues. Estatutos do Magistério e discriminação racial. In: Oliveira, Iolanda de. (Org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet: Niteroi, RJ EDUFF 2006.

PEPETELA. *O planalto e a estepe*. São Paulo: Leya, 2009.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo de feminismo negro?* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROQUE-FARIA e PRECIOSO. A formação docente e o ensino de literatura: apontamentos. In: Roque-faria et all. *Memórias, desenvolvimentos e avanços na Educação de jovens e adultos*. Campinas, Mercado de Letras, 2019. p. 205-221.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, A.L.S. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip hop*. Campinas, SP: Parábola, 2011.

(RE)THINKING ABOUT TEACHING AND PROPOSING ANTIRACIST LITERARY AND LINGUISTIC ACTIONS: THAT IS THE CHALLENGE

ABSTRACT

The Covid-19 Pandemic reprised the phenomenon always evident, but muffled, of centuries ago. The "explosion" of racism and prejudice in the world has been printed in the news and has "wide open", without ceremony or notice, that there are lives that need to breathe. Researches in several theoretical and methodological directions point out the conditions of black bodies in Brazil. And in the face of the event, of the cries echoed in several articles fostering reflections on the urgency of an education and a teaching of antiracist language, we consider this to be the moving fact and that makes us collaborate with the debates. In order to awaken professionals who can act in a critical way in the ethnic-racial valorization, we start from the critical studies of language and we recognize that, although forced, centuries ago, to the understanding that black bodies were reduced to subaltern conditions and to silencing, deconstructing and rescuing the importance of black lives in the construction and consolidation of Brazil requires listening, rethinking and rewriting paths and providing instruments that can collaborate for new narratives of life.

Keywords: Teaching. Antiracist Linguistic/Literary education.

Recebido em: 15/09/2020

Aceito em: 25/11/2020